

REUNIÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

-COMUNICADO-

No mês de Julho de 1967, reuniu-se o Comité Central do Partido Comunista Português.

O CC debateu a situação política actual e as tarefas imediatas do Partido. A situação internacional e os problemas do movimento comunista internacional foram objecto de atento exame. O CC aprovou resoluções correspondentes aos problemas debatidos.

I - SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. O CC considerou atentamente a evolução da situação internacional caracterizada pela crescente agressividade do imperialismo e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano.

A guerra de agressão contra o heróico povo do Vietnam, a guerra de agressão contra os países árabes, a instauração duma ditadura fascista na Grécia, os golpes reaccionários numa série de países da América Latina e África, o reforço do militarismo e revanchismo oeste-alemão e da sua aliança com o imperialismo norte-americano, fazem parte duma mesma ofensiva do imperialismo contra as forças do socialismo, da democracia, do progresso, da independência nacional.

2. As guerras e agressões armadas, as intervenções dos imperialistas na vida política de outros países, o apoio a regimes fascistas e reaccionários, colocam a humanidade perante reais perigos duma nova guerra mundial e necessitam de ser enérgicamente combatidos por todas as forças anti-imperialistas, por todos quantos querem poupar o mundo a uma catástrofe termo-nuclear.

O CC considera que a solidariedade activa, pronta e coordenada para com os povos vítimas da agressão, da intervenção estrangeira, da opressão colonial e nacional, da reacção e do fascismo, é essencial para impedir a continuação e intensificação das acções agressivas do imperialismo.

As três grandes forças revolucionárias da época actual, - o campo socialista, o proletariado internacional e o movimento nacional-libertador - fazem frente à ofensiva imperialista e unidas têm poder bastante para fazer recuar o imperialismo, para bater as forças da opressão nacional, da reacção, do fascismo e da guerra, e assegurar aos povos um futuro de liberdade, de progresso social e de paz.

O CC considera que defender e agir na prática para reforçar a solidariedade, a unidade e a vigilância revolucionária das forças anti-imperialistas é um dever basilar de todos os partidos marxistas-leninistas.

2.

3. O CC reafirmou a total solidariedade dos comunistas portugueses para com o heróico povo do Vietnam e o seu apoio aos pontos apresentados pelo governo da República Democrática do Vietnam e pela FNL do Vietnam do Sul para a solução do problema vietnamita.

Os comunistas portugueses juntam a sua voz à daqueles que exigem que cessem imediata e incondicionalmente os bombardeamentos à RDV, que as tropas americanas saiam do Vietnam, que sejam cumpridos os acordos de Genebra, que o povo vietnamita possa resolver com independência os seus próprios problemas.

O CC considera entretanto insuficientes as manifestações de solidariedade dos comunistas e do povo português para com o povo do Vietnam e considera necessário intensificá-las.

4. O CC examinou a crise no Médio Oriente e aprovou uma declaração em que: a) se condena a agressão desencadeada pelo governo reaccionário de Israel inspirada e ajudada pelo imperialismo e em primeiro lugar pelo imperialismo norte-americano com o objectivo de retomar posições nessa região, destruir os regimes árabes anti-imperialistas e esmagar o movimento nacional-libertador dos povos árabes; b) se expressa a solidariedade para com os povos árabes, insistindo-se na retirada das forças israelitas dos territórios ocupados como primeira condição para uma solução conjunta do problema e para evitar o reacender da guerra; c) se pronuncia pelo direito à existência do Estado de Israel; d) se salienta a importância decisiva do auxílio da URSS e outros Estados socialistas para que se não tenham consumado os planos dos imperialistas e para que os Estados árabes assegurem a sua independência; e) se considera que a posição dos dirigentes chineses durante a crise, favoreceu objectivamente os interesses dos imperialistas.

5. O CC considerou com apreensão a evolução da situação política em Africa. As intrigas, conspirações e intervenções imperialistas não só ameaçam a independência de muitos Estados e visam perpetuar o neo-colonialismo, como se dirigem directamente contra os povos em luta pela sua libertação, designadamente os povos das colónias portuguesas.

Com vista a cercar as colónias portuguesas com um "cordão de segurança" e privar o movimento nacional-libertador das suas bases mais próximas, o governo de Salazar tornou-se um dos principais instrumentos da conspiração imperialista em Africa. O CC chama a atenção para os graves riscos que complicações internacionais e conflitos fazem correr ao povo português.

6. O CC considera a instauração duma ditadura militar fascista na Grécia como um sério golpe do imperialismo e da reacção, não apenas contra o movimento democrático grego que se encontrava em plena ascensão, mas também contra as forças da democracia e da paz na Europa e contra o campo socialista. O golpe na Grécia mostra que o fascismo continua a ser um perigo real e que é de interesse de todos os povos, e, em primeiro lugar, dos povos da Europa, que seja posto fim às ditaduras fascistas e reaccionárias da Grécia, Portugal e Espanha.

O CC manifesta a total solidariedade para com o povo grego, as forças democráticas gregas, os perseguidos e presos políticos, e para com o Partido Comunista da Grécia, ao qual o PCP está há longos anos ligado por laços de fraternal, franca e leal cooperação.

7. O CC considera que a crescente agressividade do imperialismo e o agravamento da situação internacional colocam como tarefa urgente aos comunistas, aos democratas e a todo o povo português, intensificarem a luta pela paz, contra a instalação das bases militares estrangeiras no nosso país, e contra as alianças do governo salazarista que fazem de Portugal um instrumento das forças agressivas do imperialismo.

II. A SITUAÇÃO NACIONAL

1. A situação económica nacional desenvolve-se dentro de grandes tendências apontadas e previstas pelo Partido.

Cada vez mais se acentua a dominação de toda a vida portuguesa por um reduzido número de grandes grupos monopolistas. Novas fusões, associações e acordos de bancos e empresas, novos planos de reorganização industrial, a monopolização do crédito e do mercado de capitais, acusam tanto a agudização da concorrência, como o entendimento dos grupos monopolistas contra a classe operária e as restantes camadas da população.

Incapaz de dominar as leis da evolução do capitalismo, a política fascista está criando graves dificuldades em toda a economia nacional. Na indústria verifica-se o fracasso dos planos de industrialização, a quebra do ritmo de desenvolvimento e dificuldades de escoamento da produção resultantes das limitações do mercado interno e das dificuldades de competição nos mercados internacionais.

Para competir nos mercados internacionais os monopólios têm necessidade de baixar os custos de produção através duma maior dimensão das unidades e duma superior produtividade. Contraditoriamente, a capacidade de produção aumenta, ao mesmo tempo que se restringe o mercado. Daqui resulta que graves crises podem atingir importantes sectores da economia nacional.

Na agricultura, a produção em 1966 diminuiu de um quinto, reduz-se a produção de cereais e existe a ameaça de surgir uma grave crise de carência de artigos de consumo e de excesso de produtos de exportação, criando dificuldades de abastecimento e o retrocesso de numerosos sectores.

Os superlucros coloniais, os investimentos e empréstimos estrangeiros, as receitas do turismo e remessas de emigrantes cobrem de momento os elevadíssimos déficits da balança comercial. Não tendo a economia portuguesa base sólida e dependendo do estrangeiro, o desenvolvimento da situação sujeita-a a súbitos desequilíbrios, dificuldades e crises que afectarão gravemente as condições de vida das grandes massas da população portuguesa.

4.

2. O governo fascista faz recair o principal peso das dificuldades sobre os trabalhadores, mas outras classes e camadas da população são também duramente atingidas.

A exploração dos trabalhadores intensifica-se através de novas formas. Os salários não acompanham o aumento do rendimento do trabalho. A reorganização técnica das empresas e o desenvolvimento do capitalismo nos campos, a estagnação e crise de numerosas indústrias tradicionais, a política de congelamento dos salários, a maior utilização de mão-de-obra feminina, o aumento real da jornada de trabalho através de horas extraordinárias, a intensificação dos ritmos de trabalho, criam novas e sérias dificuldades ao proletariado industrial e rural. Mais de 100.000 trabalhadores portugueses emigram cada ano procurando no estrangeiro o trabalho e o pão que não encontram na própria pátria.

A subida em flecha dos preços e o agravamento do processo inflacionista diminuem velozmente o poder de compra das massas trabalhadoras.

A crise da agricultura atinge duramente os pequenos produtores que esmagados por impostos, privados de crédito, obrigados a vender a baixo preço, afastados dos mercados pelos grandes agrários e capitalistas que comandam a organização corporativa, vêem o processo da sua ruína acelerar-se rapidamente.

Os pequenos industriais e comerciantes estão a sofrer um violento ataque do capital financeiro e monopolista, são atingidos pelo chamado "crédito selectivo" e outras formas de açambarcamento do crédito bancário, pelo processo de concentração, pelos novos planos de "reorganização industrial", pelo aparecimento no comércio de grandes empresas monopolistas.

3. O CC salienta que o enfeudamento da economia nacional ao imperialismo estrangeiro se verifica num ritmo mais acentuado, uma vez que, na busca de capitais, de financiamentos, de associados, de mercados, os grupos monopolistas portugueses se vão ligando de forma crescente a grandes monopólios estrangeiros.

Como o PCP sempre advertiu, a política fascista de submissão ao imperialismo e a aceitação pelos fascistas duma posição subalterna de Portugal na Zona dos Sete, a elaboração de planos de fomento subordinados à tutela económica do imperialismo, a industrialização voltada para a exportação, estão causando graves perturbações na economia nacional. Com a eventual entrada da Inglaterra no Mercado Comum e a derrocada da EFTA, Portugal poderá ficar subitamente isolado, com uma economia desequilibrada e gravemente atingida, obrigado a aceitar imposições dos imperialistas em novos arranjos internacionais.

O CC chama a atenção para os perigos de que tal política de submissão ao imperialismo se venha a consumir, num curto prazo, por uma gravíssima crise em muitos sectores da indústria e da agricultura.

O CC considera que continua a ser insuficiente a actividade de esclarecimento das massas acerca da real dominação estrangeira sobre

Portugal e do que ela representa para a nação portuguesa e para o povo português. A intensificação da luta anti-imperialista é uma tarefa da maior importância na situação actual.

4. Mais de 120.000 soldados portugueses combatem hoje a milhares de quilómetros de Portugal numa guerra injusta em que o povo português não está interessado e em que dia a dia é sacrificado um número crescente de jovens portugueses.

O governo fascista procura, com a nova Lei do Serviço Militar e a chamada "reserva de recrutamento", antecipar o enquadramento militar da juventude e impedir a sua emigração massiva, que se está verificando como forma de resistência contra a guerra. Queima na guerra os recursos nacionais. Pede e recebe auxílio das grandes potências imperialistas, agravando a dependência e hipotecando o futuro de Portugal. Faz cair sobre as classes trabalhadoras o peso dos gastos de guerra pelo aumento da exploração, pela carga de novos impostos, pelo aumento dos preços. Compromete a nação portuguesa numa onda de crimes e massacres contra povos, cujos interesses e aspirações são coincidentes com os do povo português.

O CC salienta uma vez mais que a guerra colonial é um criminoso empreendimento condenado ao fracasso. Nada poderá impedir os povos das colónias portuguesas de conquistar a sua independência.

O CC reafirma aos povos de Angola, Guiné e Moçambique, a solidariedade activa dos comunistas portugueses. O PCP continuará lutando para que lhes seja reconhecido e garantido o direito à auto-determinação e à independência e para tornar mais ampla e operativa a resistência do povo português contra a política colonialista do governo e em particular contra a guerra colonial.

5. O CC sublinha que não há quaisquer indícios dum abrandamento da repressão, mas que pelo contrário, a repressão se tem intensificado e atinge novos sectores e um maior número de campos de actividade.

A generalização das medidas de vigilância, uma situação que se aproxima do estado de sítio em algumas regiões e centros industriais, a multiplicação de postos da PIDE, GNR e PSP, a criação de novas estruturas no sentido duma espionagem política generalizada a todos os sectores da máquina do Estado e da actividade nacional, a reactivação da "Legião", a reorganização da "Mocidade Portuguesa", a militarização de actividades industriais e serviços prevista na nova Lei de Serviço Militar, visam a preparação metódica e deliberada para abafar com uma ofensiva terrorista em grande escala a previsível explosão da revolta das massas.

Esta situação e a perspectiva de embates mais violentos que esperam as forças anti-fascistas colocam como tarefa, não apenas ao Partido, mas a outros sectores anti-fascistas, o alargamento da luta contra a repressão, o reforço das organizações e a intensificação da acção política, uma maior ligação com as massas.

III. PROBLEMAS POLITICOS E DA LUTA DE MASSAS

1. O profundo descontentamento popular, a difficil situação económica, os fracassos da politica do governo, o progressivo desgaste de recursos na guerra colonial, o desprestígio internacional, a incapacidade dos sucessivos governos de Salazar para dominarem os acontecimentos, fazem surgir inquietações, divergências e até correntes de opinião nas próprias esferas fascistas, quanto às forças e aos métodos de manter a dominação do capital financeiro e dos grandes senhores da terra.

Essas correntes ("liberalizantes", ou "ultras") tenderão a diversificar-se e a polarizar-se em torno de clãs fascistas na medida em que a crise interna se agrave e em que se desenvolva a luta do povo português e dos povos das colónias portuguesas.

As tentativas de certas esferas fascistas para procurarem uma saída têm de ser consideradas como sintomas das debilidades do regime e como índices e factores da sua crise.

O CC sublinha a necessidade de que as forças democráticas, e em primeiro lugar o PCP, estejam atentas às dificuldades internas do regime com o objectivo de impedirem que ele encontre uma saída e de beneficiarem das suas contradições.

O CC sublinha ao mesmo tempo que é de importância capital para a apreciação da actual situação politica, considerar que essas correntes e clãs não procuram a solução dos problemas nacionais, mas apenas uma saída para as forças reaccionárias que impeça uma solução democrática.

O CC considera que a situação coloca às forças democráticas as tarefas de reforçar sem perda de tempo, a sua unidade e todo o seu trabalho revolucionário, reforçar as suas organizações, reforçar a sua ligação com as massas, reforçar a sua propaganda numa base de principios, mobilizar amplas camadas populares para a luta pelos mais diversos objectivos.

2. O CC alerta a classe operária e todos os anti-fascistas para a manobra do fascismo que consiste em acenar a elementos moderados da Oposição com a possibilidade duma "liberalização" do regime e mesmo duma cooperação com vistas a uma "modificação" politica, manobra cujo objectivo é corromper politicamente, iludir, desviar da acção politica, separar das massas, dividir, neutralizar e paralizar as forças democráticas, isolando o Partido Comunista.

O CC verifica que essa manobra fascista encontra grande receptividade em alguns sectores da Oposição que, de maneira crescente, subordinam as suas posições à esperança em que os "liberalizantes" e "dissidentes" abram a porta a um "regime de transição" e se colocam assim efectivamente a seu reboque.

O CC insiste em que o fim do fascismo não pode resultar da acção daqueles mesmos que o querem salvar.

A politica de compromisso com o regime é o desenvolvimento lógico da "teoria" da queda espontânea e automática da ditadura fascista, das ilusões legalistas, do medo do povo e das massas. Essas tendências vêm de longe, mas desenvolvem-se até ao ponto de se confundirem com uma posição de demissão e de capitulação, cujos traços característicos são a degradação politica, a renuncia a objectivos fundamentais, a passividade, o desprezo pela constituição de estruturas revolucionárias e a existência duma acção revolucionária, a perda de combatividade e de espirito anti-fascista militante, a substituição da luta por manobras de bastidores, o refreamento e efectiva sabotagem da luta popular.

Embora o esquerdismo e o aventureirismo continuem a manifestar-se, possam vir a ter novo surto com a agudização da luta política e devam portanto ser persistentemente combatidos, o CC considera que as concepções oportunistas de direita constituem, no actual momento, a mais perigosa tendência no movimento anti-fascista português.

3. O CC reafirma a determinação do PCP de unir os seus esforços aos esforços de todos quantos estão dispostos a lutar contra a política fascista, pela libertação da ditadura fascista, pela conquista da liberdade, pela construção dum Portugal democrático e verdadeiramente independente.

O CC verifica que, ao mesmo tempo que se manifestam graves vacilações em alguns sectores da Oposição, se desenvolve noutros um positivo movimento, no sentido da unidade e da acção.

O PCP está pronto a cooperar com todos os agrupamentos e sectores voltados para a acção antifascista.

O CC apela para todos os antifascistas não comunistas para que cooperem com os comunistas, apela para a unidade antifascista com o fim de impulsionar, ampliar e organizar a luta popular por objectivos concretos imediatos.

4. A força decisiva da revolução antifascista é o povo português e, à sua frente, como classe mais revolucionária, o proletariado. Como sublinhou o Apelo do VI Congresso do PCP, "o potencial revolucionário das massas populares, quando em movimento, é invencível".

As lutas persistentes, nas difíceis condições de repressão fascista, do proletariado industrial, do proletariado rural, dos pescadores, dos empregados, as acções de resistência da juventude contra a guerra colonial, o movimento dos estudantes, a oposição dos intelectuais ao regime, mostram a existência de facto duma larga frente antifascista, uma frente das massas unidas na defesa dos seus interesses vitais, na luta contra a ditadura e pela democracia.

O CC considera tarefa fundamental orientar o descontentamento e indignação populares no sentido da intensificação da luta em todas as frentes, realizar um trabalho de esclarecimento, de agitação e de organização com o objectivo de pôr em movimento e canalizar o potencial revolucionário das massas, nunca perdendo de vista a meta desejada: a liquidação da ditadura fascista, a conquista da liberdade.

5. O CC verifica uma reactivação das lutas dos trabalhadores contra a exploração patronal e fascista no ano decorrido.

As recentes lutas dos operários conserveiros do Algarve, dos empregados bancários, das conserveiras de Matozinhos, dos pescadores de Vianado Castelo, dos portuários de Lisboa, das operárias da Fex de Alhos Vedros, dos operários da Siderurgia Nacional, do Arsenal do Alfeite, da CUF, da Trefilaria de Sacavém e da Carris do Porto e de Lisboa e outras são belos exemplos da resistência e da combatividade dos trabalhadores, que conseguiram em muitos casos a satisfação de reivindicações.

O CC concluiu entretanto pela existência de debilidades na condução das lutas dos trabalhadores. A falta de organismos para dirigir as lutas, a improvisação de muitas comissões e a falta duma estreita ligação entre estas e as massas, a falta de debate democrático entre os trabalhadores

interessados com vistas a definirem as reivindicações e as formas de acção, as tendências para aceitar a intervenção da burocracia corporativa em vez de insistir em acções de tipo massivo, estão na raiz de alguns insucessos e têm limitado e refreado a amplificação dos movimentos.

O CC sublinha que depende em parte decisiva da justa orientação e da força organizada do Partido assim como da actuação dos seus quadros, a amplitude e a justa condução das lutas das classes trabalhadoras.

A fraqueza das organizações do Partido em alguns sectores, o deficiente estudo dos problemas dos sectores respectivos, um certo seguidismo e culto da espontaneidade, a falta de espírito crítico, o deficiente conhecimento e estudo das experiências passadas, a falta de atenção para as experiências novas, a tendência burocrática e rotineira para tomar conhecimento das lutas em vez de intervir de forma operativa e dinamizadora — constituem tendências negativas e fraquezas que devem ser vencidas para impulsionar as lutas reivindicativas à escala nacional e as dirigir correctamente.

Na actual fase da luta antifascista, as lutas reivindicativas, económicas e outras, são de primacial importância, não só para a defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores, como também para reforçar a sua organização e para abrir caminho a um ascenso geral da luta política contra o fascismo.

6. O CC considera que a diminuição da luta política das massas populares contra o fascismo é o aspecto fundamental do refluxo revolucionário que se atravessa desde 1962.

A reanimação da luta política de massas não pode ter lugar por simples decisão ou por apelos. Respostas políticas e táticas adequadas aos acontecimentos da vida nacional, o reforço das organizações antifascistas e a sua actuação coordenada, dinâmica e confiante voltada para a movimentação das massas populares, a criação de organismos unitários ilegais, semi-legais e legais, constituem bases para a intensificação da luta política.

O CC considera que, no momento presente, vastos sectores antifascistas e vastas camadas da população podem ser ganhas para a participação em lutas como as seguintes : a) A luta contra a repressão, em particular contra a prisão de democratas, contra as torturas na PIDE e as desumanas condições prisionais, pela abolição das "medidas de segurança", pela amnistia e pela libertação dos presos políticos; b) A luta pelo direito de associação e em particular pela constituição de organismos legais da Oposição, pela existência e actividade de associações culturais, pela defesa do carácter democrático das associações de estudantes, pela realização de sérias nos Sindicatos Nacionais, pelo reconhecimento das Comissões de trabalhadores; c) A luta pela liberdade de expressão de pensamento e em particular a luta contra a censura, contra a repressão às iniciativas culturais, contra as perseguições a escritores e artistas; d) A luta contra a guerra colonial e as suas consequências.

O CC considera que a eclosão de novas grandes batalhas políticas depende em larga medida da multiplicação, melhor organização, amplificação das lutas políticas por objectivos limitados, assim como da elevação das lutas de carácter económico a um nível superior.

7. Os acontecimentos comprovam que só o povo português, pela sua própria luta, poderá libertar-se do fascismo e construir um Portugal Democrático.

Os acontecimentos comprovam que, para a liquidação da ditadura fascista e das suas bases económicas e sociais e para a construção dum Portugal democrático, será necessária uma luta revolucionária aguda, o levantamento de massas, a insurreição popular.

O CC concluiu que o refluxo das lutas populares nos últimos anos deve-se mais a factores subjectivos (debilidades da organização e acção das forças democráticas, incluindo o Partido Comunista) que a factores objectivos. A tarefa é vencer essas debilidades, impulsionar decididamente a luta popular contra o fascismo, com a perspectiva duma solução revolucionária armada.

O CC sublinha que a criação duma situação revolucionária não depende apenas de factores objectivos, mas da acção antifascista. Desde hoje as forças antifascistas podem e devem contribuir para a criação duma tal situação, reforçando a sua unidade e a sua organização, chamando o povo à luta por objectivos concretos imediatos de natureza económica e política e tomando em vários níveis e aspectos medidas adequadas em correspondência com a perspectiva existente.

IV. PROBLEMAS DA VIDA INTERNA DO PARTIDO

1. O CC resolveu prosseguir o esforço encetado na reunião de Agosto de 1966 dentro da orientação então aprovada e tomou novas medidas de carácter executivo.

2. O CC considerou atentamente, na base das informações disponíveis, as últimas prisões de funcionários e outros membros do Partido, que tiveram lugar depois de durante mais de um ano se ter registado um número muito reduzido de baixas. Ainda que não estejam suficientemente determinadas as causas imediatas das prisões, estas inserem-se numa situação, em que deficiências e debilidades de organização, quadros e de fesa têm aberto brechas às ofensivas repressivas.

O CC verificou que, em diversos casos, faltou a organismos e camaradas responsáveis dos sectores atingidos, sensibilidade para discernir da iminência do perigo, e o espírito operativo, o dinamismo e a prontidão executiva para o conjurar ou diminuir os seus efeitos.

Logo que estejam esclarecidas estas prisões e as suas causas serão comunicados ao Partido os resultados apurados e os respectivos ensinamentos.

O CC tomou medidas para restabelecer a situação nos sectores atingidos.

3. O CC encarou toda a gravidade da situação criada ao Partido por sucessivas e violentas ofensivas repressivas. No controle de execução o CC verificou que continuam a existir sérias deficiências na aplicação da orientação traçada e tomou medidas para a sua correcção. O CC considera necessário em alguns sectores consolidar posições antes de retomar a ofensiva. O CC encarregou o Secretariado e a Comissão Executiva de pôr em prática essas medidas.

O CC considera erradas e perigosas as concepções que preconizam mais ou menos abertamente uma pretensa "acumulação de forças" que se alcançaria através do recuo generalizado na actividade prática do Partido e da renúncia de facto à direcção das lutas de massas, com o objectivo de defender o aparelho clandestino central. Tais tendências, a concretizarem-se na actividade prática, conduziriam a uma maior distância entre a Direcção e a base e entre esta e a classe operária e as massas e à deterioração das condições de defesa do Partido. A defesa do Partido e a actividade política e de massas constituem, não uma alternativa, mas tarefas complementares igualmente decisivas. O Partido só pode ser defendido e só pode avançar, se, a par das medidas específicas de defesa, se seguir uma orientação que aprofunde as raízes do Partido na classe operária e nas massas populares.

O CC considerou também que é necessário lutar enérgicamente contra quaisquer ideias derrotistas e alarmistas.

Para a defesa do Partido continuam a ser direcções fundamentais da actividade : a) o melhoramento do trabalho conspirativo pela utilização na prática da rica experiência acumulada pelo Partido; b) a renovação de métodos de acordo com as condições existentes; c) o reforço da disciplina; d) a responsabilização não apenas de quem comete as faltas mas de quem dá directrizes que as propiciam; e) a guerra aos traidores; f) a luta contra a provocação.

O CC considerou que a defesa do Partido continua a estar ligada, não só ao melhoramento do trabalho conspirativo e da disciplina em matéria conspirativa, como à superação de deficiências e debilidades no trabalho de organização, no estilo de trabalho, na política de quadros e no trabalho de massas.

4. Debatendo os problemas de Direcção, o CC procedeu a novas cooptações e tomou diversas medidas internas e reservadas tendentes a: a) melhorar o nível de trabalho político do Comité Central; b) fortalecer a intervenção do Secretariado e Comissão Executiva do CC na direcção política e na actividade prática diária; c) chamar um maior número de quadros à cooperação regular com o Comité Central e os seus organismos executivos; d) melhorar a informação dos quadros responsáveis de todos os sectores de forma a dar-lhes uma base mais sólida para a participação no trabalho directivo; e) criar condições para a elaboração e difusão (sob formas diversas) de materiais explicativos da orientação do Partido e orientadores da actividade prática das organizações.

5. Aprofundando medidas tomadas anteriormente e tendo em conta as recentes prisões e as suas consequências, o CC resolveu levar a cabo um sério trabalho de organização no aparelho clandestino central e especialmente no corpo de funcionários do Partido tendo em vista : a) assegurar melhor a defesa de todo o Partido; b) tornar o aparelho clandestino central mais apto para o trabalho directivo, mais maleável, mais dinâmico e menos absorvente das energias partidárias; c) melhorar a composição dos quadros de funcionários, de forma a elevar a sua preparação e espírito revolucionário e a fortalecer a confiança do Partido e das massas nos funcionários do Partido; d) assegurar a unidade de pensamento e acção dos organismos responsáveis do trabalho executivo em todos os escalões; e) combater com eficiência o espírito rotineiro e burocrático; f) aprofundar a remodelação de métodos e esti

lo de trabalho. O CC considera que, nas actuais condições, o aparelho clandestino central continua a ser elemento essencial da actividade partidária.

6. Debatendo os problemas de organização, o CC considerou necessário: a) acentuar medidas tendentes à descentralização orgânica, ao aumento da iniciativa, da responsabilidade e da capacidade de decisão dos organismos intermédios e de base, a par do reforço da centralização política, da unidade política e da disciplina política em todo o Partido; b) concentrar os esforços principais no reforço da organização do proletariado industrial e rural; c) fazer um esforço sério e paciente de recrutamento e promoção voltado principalmente para os operários industriais e rurais que se destaquem nas lutas de massas, sem menosprezar um esforço simultâneo relativo a empregados, camponeses, militares, estudantes e intelectuais; d) intensificar com audácia, cuidado e maleabilidade a estruturação da organização partidária.

7. O CC considera imperiosa a participação activa de todo o Partido na viragem que se impõe no trabalho prático.

Considera que para conseguir tal resultado, se torna necessário: a) a caracterização correcta da situação existente e a definição correcta das soluções apresentadas e das tarefas correspondentes; b) o termo dos desajustamentos entre a orientação geral e a actividade prática; c) a participação viva e criadora dos quadros, dentro da orientação traçada para encontrar soluções e tomar decisões adequadas aos sectores respectivos e à situação geral; d) a substituição sempre que possível das ligações individuais pela estruturação em organismos; e) uma muito mais larga iniciativa e responsabilização dos organismos intermédios e de base; f) o melhoramento da vida política das organizações do Partido por uma discussão dos problemas políticos e de lutas de massas e das tarefas daí decorrentes; g) um melhoramento generalizado da prática da crítica e autocrítica, combatendo-se a crítica em sentido único, o criticismo e as tendências para abafar em vez de esclarecer as opiniões discordantes; h) a eliminação de métodos impróprios de tratamento com os quadros em todos os escalões, combatendo-se o autoritarismo, o espírito de grupo, de organismo ou de compadrio.

A rotina, a ideia de que se realiza uma actividade em cuja eficiência se não acredita e cuja perspectiva não está clara amortece a vontade combativa e a energia criadora dos quadros.

Quando os militantes tomam consciência de que participam num trabalho necessário, directamente útil e produtivo, mesmo que difícil e perigoso, reforçam o seu ânimo, a sua dedicação e a sua confiança.

O Partido tem forças e reservas para levar a bom termo as tarefas a que se propõe.

V. MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL

1. A defesa consequente da unidade do movimento comunista é dever indeclinável de todos os partidos irmãos e critério da sua fidelidade aos ideais do marxismo-leninismo. O PCP emprega os seus melhores esforços para cumprir com honra esse dever.

2. O CC reafirma a posição do PCP segundo a qual as relações entre os partidos irmãos se devem fundamentar na observância escrupulosa dos princípios da igualdade, da independência e da soberania dos partidos e da não ingerência de uns na vida interna de outros.

O CC verifica que, na base desses princípios, o PCP tem desenvolvido relações de fraterna cooperação com numerosos partidos irmãos e tomou várias decisões tendentes a reforçar ainda mais essas relações.

O CC fez também um balanço à participação do PCP em reuniões multilaterais, a mais recente das quais realizada em Karlovy Vary sobre as questões da segurança europeia. O CC aprovou a actividade da delegação do PCP nos trabalhos preparatórios e na Conferência, no sentido de dar uma contribuição construtiva aos problemas em discussão.

3. O CC considerou atentamente a evolução da situação no Partido Comunista da China. As posições nacionalistas e aventureiristas do grupo dirigente de Mao Tsé Tung acentuaram-se ainda mais desde a chamada "revolução cultural". O anti-sovietismo tornou-se a direcção principal da actual política dos dirigentes chineses que apesar de fracassadas as tentativas de impor a sua hegemonia e comando insistem nos esforços para minar o movimento comunista internacional e para se parar dele o movimento nacional libertador. Estas actividades estão a causar imensos danos à causa do socialismo e da luta contra o imperialismo.

Numerosos militantes se têm dirigido ao CC solicitando esclarecimentos e materiais informativos e explicativos da situação. O CC considera justa essa exigência e tomou medidas para satisfazê-la.

4. O CC tomou uma resolução, que será integralmente publicada, sobre a eventual realização duma Conferência Mundial dos Partidos Comunistas e Operários confirmando a sua posição em princípio favorável a uma tal iniciativa.

Tendo em conta as posições diversas de partidos irmãos em relação à Conferência, o CC do PCP pronuncia-se por um prévio exame colectivo da situação e manifesta-se pronto a participar numa reunião consultiva de todos os partidos irmãos que desejem efectuar uma ampla e franca troca de opiniões sobre todas as questões relativas à eventual realização da Conferência incluindo a sua oportunidade ou não oportunidade.

O CC salienta também que, na opinião do PCP, a decisão da realização da Conferência, a definição dos seus objectivos, a fixação da ordem de trabalhos, a composição, os métodos de trabalho preparatório, devem ser resultado duma apreciação colectiva em que todos os partidos possam intervir.

VI. RESOLUÇÕES DIVERSAS

Além das resoluções referidas no texto deste Comunicado e de outras de carácter reservado, o CC aprovou diversas resoluções. Designadamente :

a) Sobre a recusa a servir nas forças armadas e as deserções, em que insiste por um lado no significado e importância das deserções como um amplo movimento de resistência e protesto da juventude portuguesa contra a guerra colonial, movimento que se deve alargar e impulsionar; e por outro lado, na importância de que os militares comunistas se mantenham nas fileiras, tanto em Portugal como nas colónias, para aí prosseguirem o trabalho revolucionário.

b) Sobre a filiação no PCP de portugueses residentes no estrangeiro onde se estabelece que a qualidade de membro do PCP dos militantes que emigram sem ser por indicação do Partido terá de ser revista em cada caso e em que se formulam os princípios gerais por que se regulam a filiação e a actividade dos membros do PCP no estrangeiro.

Estas resoluções serão publicadas a fim de serem discutidas e levadas à prática.

O CC aprovou também um apelo aos trabalhadores para as comemorações do 50º aniversário da Revolução Socialista de Outubro.

Julho de 1967

O Comité Central

do Partido Comunista Português